

## **P**or que os juros ao consumidor são altos no Brasil?

Quando falamos em custo do crédito, estamos falando dos juros pagos pelos brasileiros para tomar um empréstimo no banco, como pegar um crédito pessoal, entrar no cheque especial ou no rotativo do cartão.

Quem define esses juros é o chamado spread bancário – diferença entre o custo que o banco tem para captar recursos e o valor cobrado para emprestar esse dinheiro aos clientes. Quanto maior o spread, maiores são os juros bancários.

Segundo o Banco Central, o spread médio no Brasil é de 13,9 pontos percentuais (p.p.) – um dos maiores do mundo. A título de comparação, no México a média gira em torno de 9,1 p.p. e, no Chile, de 4,3 p.p.

Na opinião da Febraban, o spread brasileiro é alto não por conta do lucro dos bancos e sim por causa das intermediações financeiras envolvidas nas atividades bancárias, como impostos pagos ao governo e o depósito compulsório, que é a parcela da transação que fica com o Banco Central.

Segundo o livro da federação, que foi lançado recentemente, 85% do spread bancário no Brasil é composto por custos de intermediação financeira, enquanto que apenas 15% representam o lucro. Os indicadores que mais pesam no cálculo são:

- Taxa Selic: essa taxa representa, basicamente, quanto o banco paga de juros para pegar empréstimos de curto prazo com outras instituições.
- Portanto, quanto mais alta está a taxa básica de juros da economia, mais altos tendem a ficar os juros bancários repassados ao brasileiro. Hoje, nossa taxa é uma das menores da história do País (6,5%). Mesmo assim, os juros estão altos.
- O risco calote: cerca de 37% de todo o spread bancário fica retido em um fundo do banco contra a inadimplência. O risco calote é o fator que mais encarece o crédito no Brasil;
- Custos administrativos: as despesas com funcionários, burocracias internas e demais custos dos bancos correspondem a, aproximadamente, 25% do spread;
- Impostos, despesas regulatórias e o Fundo Garantidor do Crédito (FGC): representam mais ou menos 23% do spread bancário. O FGC é um fundo que ressarcie investidores em até R\$ 250 mil (por CPF) em caso de falência da instituição financeira.
- Lucro: cerca de 15% do spread vai para o lucro dos bancos.

A população pode opinar - A Febraban deu início a uma campanha de mídia na televisão, no rádio e nos jornais para explicar as propostas do livro à população e estimular o debate. "Queremos falar, mas também queremos ouvir. Será um trabalho conjunto de cooperação com a sociedade, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. De forma coordenada podemos conseguir baixar os juros para o Brasil crescer mais", afirmou o presidente da Febraban, Murilo Portugal.

O livro "Como fazer os juros serem mais baixos no Brasil" tem 160 páginas e está disponível gratuitamente nas livrarias Saraiva e Cultura em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. A publicação também tem uma versão online gratuita disponível em <https://www.jurosmaisbaixosnobrasil.com.br/>.

Fonte: iq360 ([www.iq360.com.br](http://www.iq360.com.br))

## O código de ética como instrumento de segurança para os participantes

Não é surpresa que uma entidade fechada de previdência complementar – EFPC, como é o caso da Enerprev, esteja sujeita a uma série de rígidas regras legais para aumentar a segurança dos milhares de participantes que estão vinculados a ela.

Para o total atendimento a estas regras, é necessário que haja o estabelecimento de padrões de conduta que norteiem as posturas e ações de todas as pessoas atuantes na entidade, sejam conselheiros, dirigentes, equipe de colaboradores e prestadores de serviços.

No mercado de previdência complementar, uma Resolução específica trata desta padronização, que é a Resolução CGPC nº 13/2004.

Nesta resolução existem uma série de recomendações relativas à governança e um conjunto de diretrizes que os membros dos órgãos de administração e fiscalização das entidades devem considerar, em suas atribuições de rotina.

A regra estabelecida no artigo 3º da Resolução CGPC nº 13 determina que “Os conselheiros, diretores e empregados das EFPC devem manter e promover conduta permanentemente pautada por elevados padrões éticos e de integridade, orientando-se pela defesa dos direitos dos participantes e assistidos dos planos de benefícios que operam e impedindo a utilização da entidade fechada de previdência complementar em prol de interesses conflitantes com o alcance de seus objetivos.”

O cumprimento do Código de Ética pelos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, além da Diretoria Executiva e do corpo técnico da entidade, permite o constante aperfeiçoamento nas relações internas e externas, o que incentiva o desenvolvimento da prestação dos seus serviços, a melhora na imagem institucional e o aumento da satisfação dos colaboradores no ambiente de trabalho. Adicionalmente, a observação das regras do código ajuda na construção de pilares que permitem um relacionamento cada vez mais justo, com confiança e transparência no trato com os seus participantes e patrocinadoras.

Por isso tudo, é muito importante que todos os nossos participantes conheçam as regras estabelecidas neste documento, que pode ser acessado através do site [www.enerprev.com.br](http://www.enerprev.com.br), na aba “sobre / governança” e tenham ciência que a Enerprev mantém um canal de comunicação dedicado ao recebimento de reclamações, denúncias e resolução de dúvidas de natureza Ética. O canal de Ética da Enerprev pode ser acessado através do e-mail [etica.enerprev@edpbr.com.br](mailto:etica.enerprev@edpbr.com.br).

Na gestão desse canal a Entidade garante o sigilo relativamente à identidade de quem a ele recorre e informa que o monitoramento será realizado pelo Comitê de Ética, que é formado por membros de reconhecida capacidade técnica e reputação ilibada indicados pelo Conselho Deliberativo, que realizará a análise e responderá a quem contactou o Comitê.

## Cenário Econômico

O último mês antes do início do próximo governo ficou marcado pelo otimismo com as medidas que poderão ser implementadas, especialmente as reformas fiscal e previdenciária, fundamentais para equilibrar as contas públicas e retomar o crescimento econômico.

O Ibovespa, após as significativas altas apresentadas nos dois meses anteriores, finalizou o mês com variação de -1,81%, caindo para 87.887 pontos. No entanto, a expectativa é de novas altas no início do ano, influenciadas pela valorização das empresas estatais e da expectativa de entrada de capital estrangeiro no país.

Para os investimentos da Enerprev, os fundos de renda variável de gestão passiva, que acompanham o desempenho do índice, contribuíram negativamente para as rentabilidades do Plano PSAP, na submassa CV e dos perfis MIX15 e MIX30 dos Planos Escelsos II e Energias do Brasil.

Na renda fixa, tal otimismo resultou em uma nova redução na percepção de riscos do mercado, em relação ao mês anterior, implicando em uma diminuição da expectativa de juros futuros, que está no menor patamar do ano. Neste contexto, os fundos de renda fixa investidos pela Enerprev, que mantém parte das alocações em títulos pós-fixados indexados ao CDI e uma parcela em NTN-Bs, trouxeram resultados positivos, superando o desempenho dos fundos de renda variável e ALM. Os impactos são sentidos, especialmente, pelos perfis com alocação massiva neste segmento, como os FIX dos Planos Escelsos II e Energias do Brasil.

Os planos com alocação predominante em fundos ALM (Plano Escelsos I e submassas do Plano PSAP), que possuem a maioria dos títulos marcados na curva e mantidos até o vencimento, apresentaram rentabilidades ainda menores que o mês anterior. Isto ocorreu devido a deflação dos índices a que estes títulos estão atrelados.

A Entidade continua realizando o acompanhamento a fim de monitorar o desempenho e o risco de suas carteiras de investimentos.